

MECANICISMO E MATERIALISMO EM THOMAS HOBBS: UMA ANÁLISE DA FILOSOFIA NATURAL

MECHANISM AND MATERIALISM IN THOMAS HOBBS: AN ANALYSIS OF THE NATURAL PHILOSOPHY

Claudio Roberto Cogo Leivas¹

<https://orcid.org/0000-0003-0677-9361>

Luana Broni de Araújo²

<https://orcid.org/0009-0000-9357-3948>

Resumo: O presente artigo faz uma análise dos conceitos de corpo e movimento que dão forma a teoria mecanicista e materialista do filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679) e explicam o surgimento e o funcionamento das paixões humanas. O filósofo define movimento como a privação de lugar e aquisição de outro. Todos os corpos são passíveis de movimento. Diante desse cenário, os objetos, ao se movimentarem, pressionam os órgãos dos sentidos humanos, através da sensação e da imaginação, se propagando por todo o corpo até chegar ao coração. Este apresenta um movimento que é vital e ao se chocar com um outro movimento que lhe é estranho, produz uma reação que pode ocasionar em um desejo – aproximação do objeto em questão – ou em uma aversão – afastamento do objeto. Assim, surgem as paixões humanas que se configuram como movimentos internos ocasionadas por movimentos externos aos homens e através delas, é possível a consolidação da maior engenhosidade humana: o Estado Civil. Dessa forma, pretende-se discorrer sobre a importância da filosofia natural hobbesiana na atuação da compreensão da filosofia política, partindo de uma logicidade que é própria do autor.

Palavras Chaves: Thomas Hobbes, Filosofia Natural, Mecanicismo, Materialismo, Filosofia Política.

Abstract: The present article does an analysis of body and movement concept that gives shape to the mechanistic and materialist theory of the English philosopher Thomas Hobbes (1588-1679) and explains the appearance and the functioning of the human passions. The philosopher defines movement as the privation of place and the acquisition of another. All bodies are liable of movement. In this scenario, the objects, when moving, put pressure on the organs of the human senses, through the sensations and the imagination, spreading itself all over the body until it reaches the heart. This last one presents a vital movement and when it collides with another movement that seems unknown, produces a reaction that can result in one desire – approaching the object in question – or in an aversion – moving away from the object. Therefore, it occurs that human passions arise that configurate themselves as internal

¹ Doutor em Filosofia, Professor da Universidade Federal de Pelotas, UFPel/ Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: cleivas@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7316606701019463>

² Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas, UFPel/ Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: luanabujo@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0850448373893176>

movements made by external movement of the man and through those, the consolidation of the biggest human ingenuity is possible: the Civil State. As such, it is intended to discuss the importance of the natural Hobbesian philosophy in order to understand the political philosophy, starting from a logicity that is inherent to the author.

Key words: Thomas Hobbes, Natural Philosophy, Mechanism, Materialism, Political Philosophy

Introdução

Thomas Hobbes (1588-1679) é considerado um dos principais expoentes do pensamento filosófico da modernidade. Em sua trajetória intelectual, Hobbes não nasce mecanicista e materialista, mas torna-se. No decorrer da sua existência, as influências são diversas, mas é especialmente após o contato com Galileu Galilei e Euclides que sua perspectiva e análise da existência humana é modificada. A história da filosofia política iria mudar. A influência desses teóricos em Hobbes, o permitiu construir a base do seu aparato teórico.

Mecanicista e materialista, o filósofo inglês explorou os conceitos de corpo, movimento, sensação, imaginação e paixões humanas - também conhecidas como moções voluntárias -. A esta parte de sua teoria, denomina-se Filosofia Natural. Sua explanação é demasiadamente importante por permitir que o leitor compreenda o fundamento das paixões que serão a base para a construção do Estado.

Mas, para atingir tal objetivo, se faz necessário uma análise de dois conceitos importantes que consistem em uma base tanto para a filosofia natural quanto para a filosofia política hobbesiana: corpo e movimento. Ao partir da premissa de que todos os corpos estão em movimento, seja externo ou interno, os homens são constantemente pressionados por objetos que lhes são externos, e assim, produzem tanto paixões como o próprio conhecimento em si.

As paixões consistem em movimentos que são internos ao homem e Hobbes dedica parte das suas obras em defini-las e demonstrar a sua importância dentro do aparato físico do homem e o quanto elas influenciam na condução das suas paixões. Ressalta-se que essa parte é influenciada também pela teoria aristotélica, como será demonstrado no decorrer do artigo.

Portanto, Hobbes consegue estabelecer uma conexão entre elas e as nossas ações. Assim, a razão é compreendida como um instrumento que apresenta uma função calculativa das paixões e que nos conduzem a uma aproximação ou a um afastamento de um determinado

objeto. Nessa relação de deliberação, os homens são capazes de construir a maior engenhosidade humana: o Estado.

Dessa forma, o Estado é resultado de uma necessidade que consiste na busca pela autopreservação dos homens, contrariando a ideia aristotélica que os homens são animais políticos, propensos a uma vida em comunidade. Para Hobbes, viver em comunidade é apenas uma consequência da criação do Estado que tem com função primordial a manutenção da vida dos indivíduos. O Estado é construído para que as paixões persistam.

1. Mecanicismo e materialismo em Thomas Hobbes

Thomas Hobbes é um filósofo inglês que se tornou conhecido por dissertar em defesa de uma soberania absoluta, fundamentada em suas três principais obras políticas: *Os Elementos da Lei Natural e Política* (1640), *Do Cidadão* (1642) e *Leviatã* (1651). Na primeira parte das respectivas obras, - com exceção da *Do Cidadão* - Hobbes utiliza da estratégia de enunciar sua posição acerca da natureza humana.

O pensamento do filósofo segue uma logicidade, portanto, se faz necessário compreender primeiramente a natureza humana e o seu funcionamento e por conseguinte, o poder e o Estado. Na introdução do *Leviatã*, Hobbes (1974) compara o funcionamento do corpo humano com o de um relógio, descrevendo a vida como movimento dos membros autômatos, em que: “pois o que é o coração, senão uma mola; e os nervos, senão outras tantas cordas; e as juntas, senão outras tantas rodas, imprimindo movimento ao corpo inteiro.” (p. 9) e estabelece uma relação também entre o corpo humano e corpo artificial que é representado pelo Estado.

Segundo Júlio Bernardes (2002), o contato do filósofo inglês com a teoria de Galileu Galilei e Euclides influenciou decisivamente sua concepção mecanicista e materialista. De acordo com Matos (2007), em uma viagem realizada em 1636 para França e Itália, Hobbes entrou em contato com as ideias da nova ciência, concebidas durante o Renascimento. Isto fez com que se interessasse por Lógica, Filosofia e Matemática.

Para Strauss (2016) não há dúvidas de que a teoria de Euclides marcou indubitavelmente a forma como Hobbes passou a compreender o mundo. O contato com novas teorias e ciências despertou no filósofo inglês uma aversão à filosofia aristotélica e escolástica, até então, defendida desde a Antiguidade até a Idade Média, em especial, a concepção que se tinha do homem como um animal político.

Hobbes encontra na geometria e na matemática a solidez e o rigor que os métodos que envolviam a filosofia não apresentavam até então. Para Strauss (2016) “Hobbes filosofou no momento fértil em que a tradição clássica e teológica estava já abalada, e no qual uma tradição de ciência moderna ainda não estava formada e estabelecida.” (p. 41).

Segundo Bobbio (1991) Hobbes introduz ao seu pensamento político, o método racionalista e compreende a necessidade de aplicar às ciências morais e políticas o mesmo rigor do método que até então tinha beneficiado a geometria e possibilitado a sua solidez, pois, “aqueles que estudam filosofia natural fazem-no em vão, a menos que principiemos pela geometria.” (HOBBS, 2005, p. 56).

Hobbes aplica o método científico ao problema político, com o objetivo de que essa área de conhecimento atinja progressos tão duradouros e contínuos como os das ciências naturais. A definição de método consiste no caminho mais curto para a descoberta dos efeitos por meio de suas causas e das causas por meio dos seus efeitos (HOBBS, 2005).

Em relação aos métodos, o filósofo utiliza dois: composição (síntese) e resolução (análise). O primeiro resulta na investigação dos efeitos para se conhecer as causas, do particular ao universal e o segundo parte das causas para os efeitos, do universal ao particular. Os dois métodos podem ser assimilados às duas operações aritméticas da adição e subtração.

O mecanicismo e materialismo hobbesiano começam a se manifestar e ter forma quando o filósofo admite na sua obra *De Corpore*, a existência de duas coisas primordiais: corpos e movimento. Há algo mais mecânico e materialista do que corpos e movimento? A ênfase nesses dois aspectos é tão primordial na filosofia hobbesiana que perpassa e perdura em suas principais obras.

No capítulo IX do *Leviatã*, destinado ao estudo das diversas matérias do conhecimento, o filósofo inglês nos apresenta uma tábua que permite visualizar uma divisão lógica entre a filosofia natural e a filosofia política e as incumbências de cada uma e é possível vislumbrar que os conceitos - corpo e movimento - se repetem inúmeras vezes.

Para o autor, a filosofia natural consiste no estudo das “consequências de acidentes e *corpos* naturais” (HOBBS, 2012, p. 74 – grifo nosso) e a filosofia política nas “consequências dos acidentes dos *corpos politique*.” (HOBBS, 2012, p. 74 – grifo nosso). Portanto, atribuí à filosofia a responsabilidade dos estudos dos corpos, das suas causas e dos seus efeitos.

A filosofia natural é ramificada em categorias de estudo, como podemos constatar no *De Corpore* e no *Leviatã*, às quais são: geometria, física e filosofia moral. Cabe à geometria o

estudo dos movimentos, o efeito que um corpo produz ao entrar em movimento, quais os efeitos do movimento e quais as suas propriedades. A física se responsabiliza pelo estudo dos efeitos produzidos nas partes internas de um determinado corpo. E por último e não menos importante, a filosofia moral é o estudo dos movimentos da mente, em outros termos, o estudo das moções voluntárias, comumente conhecidas como paixões.

Há uma explicação lógica para a filosofia moral aparecer depois da física. As paixões só existem e se manifestam pelo movimento das qualidades de um corpo que só são possíveis de serem conhecidas por meio da sensação e da imaginação, conceitos correspondentes à física (HOBBS, 2012).

Hobbes compreende que de todas as incertezas que temos em relação a nossa existência, não há possibilidade de duvidarmos de que há corpos em movimento. Mas, qual a definição de corpo? E de movimento? Para o filósofo, corpo é tudo aquilo que ocupa um espaço, e movimento é a privação de um lugar e aquisição de outro (HOBBS, 2005). E é a partir da existência desses dois conceitos que podemos compreender o que é o conhecimento, como surgem as paixões, o estado de natureza e o Estado Civil.

Para Hobbes (2010)

Segue-se que devemos investigar, em primeiro lugar, as condições dos movimentos simples (e nisso consiste a geometria); depois, as condições dos movimentos gerados que sejam manifestos; e, por último, as condições dos movimentos internos e invisíveis (que é a investigação dos filósofos de natureza) (p. 205).

Quando o filósofo elucida a necessidade do estudo dos movimentos internos e invisíveis que são chamados de paixões, e que esta responsabilidade é de competência dos filósofos da natureza, compreendemos melhor a divisão entre a filosofia natural e a filosofia política. Enquanto a primeira se ocupa do estudo dos corpos naturais, a segunda é responsável pelo estudo dos corpos artificiais que dependem da intervenção humana.

Para Frateschi (2008), a definição, de qual Hobbes fornece ao movimento, promove uma ruptura com a teoria do movimento aristotélica. Para o filósofo estagirita, o movimento consiste na atualização daquilo que se move, em uma relação estabelecida entre ato e potência. Na medida em que o objeto se atualiza, não há motivos mais para se movimentar, então, ele repousa. Mas, segundo Hobbes, um corpo que se move permanece em movimento até que um outro corpo faça oposição e o condicione ao repouso, da mesma forma, um corpo permanecerá em repouso até que uma ação modifique sua realidade inerte.

Hobbes abandona o modelo teleológico tradicional de origem aristotélica para aderir ao modelo cosmológico inercial. Para Bernardes (2002) o movimento é o primeiro princípio

da filosofia hobbesiana que irá caracterizar toda a sua construção teórica, da filosofia da natureza e da filosofia política. A invenção da lei da inércia que consiste no postulado de que os corpos, independentemente de sua natureza, são movidos e do mesmo modo por um princípio que não é interior, mas exterior, influencia a concepção hobbesiana acerca do fundamento que norteará toda a sua visão política: as paixões.

2. O surgimento das paixões

O surgimento das paixões é o resultado dos movimentos dos corpos externos e está implícito como um estudo que pertence ao campo da filosofia natural. “Tendo em vista, porém, que, para conhecer as propriedades de uma república, é necessário conhecer primeiramente as disposições, afetos e costumes dos homens.” (HOBBS, 2005, p. 14). Com isto, Hobbes constrói a sua teoria do surgimento das paixões.

Mas, qual a relação estabelecida entre corpos exteriores aos homens e às paixões? Para Hobbes, os corpos em movimento tendem a pressionar os órgãos dos sentidos (tato, paladar, olfato, audição e visão), a isto o filósofo intitula de sensação que “nada mais é do que a ilusão originária, causada (como já disse) pela pressão, isto é, pelo movimento das coisas exteriores nos nossos olhos, ouvidos e outros órgãos a isso determinado.” (HOBBS, 1974, p. 11) e ocorre na presença do objeto. No decorrer desse percurso, temos o conceito de imaginação que é tão importante quanto o de sensação. A imaginação não é nada mais do que uma sensação debilitada, é o enfraquecimento da imagem do objeto e ocorre na ausência deste.

Para Strauss (2016) o homem é um animal como todos os outros e está exposto a impressões que lhes são externas e que produzem uma variedade de desejos e aversões, transformando a sua vida em um constante movimento. Em uma perspectiva semelhante, Frateschi (2005) compreende que a teoria do movimento hobbesiano se estende não apenas aos corpos em geral e ao homem que se move, mas também às suas emoções e paixões.

O movimento que atinge o interior do indivíduo ao se propagar, atingirá um órgão, em especial, o coração. O coração já possui o seu movimento natural, conhecido como movimento vital, e ao se deparar com um movimento que lhe é exterior e estranho, tende a reagir. E nessa reação se produz o que Hobbes chama de fantasmas que nada mais são do que a forma como concebemos o objeto exterior a nós.

Então, a concepção que temos de algo não é do objeto, da essência da coisa em si, mas é nossa, um produto da reação a uma ação externa. Para Hobbes (2010) “A sensação é um fantasma produzido pela reação e pelo esforço para fora do órgão da sensação, causados por

um esforço para dentro a partir do objeto, fantasma esse que perdura por certo tempo.” (p. 222).

A sensação nos permite emitir juízos dos objetos por meio dos fantasmas produzidos, de comparar os fantasmas e apontar as suas semelhanças e diferenças. Somos capazes de reter esses fantasmas e recordá-los por meio de nossa memória. Portanto, as percepções que temos dos objetos são particulares e são reações de uma ação externa.

1. Que o sujeito ao qual cor e imagem são inerentes não é o objeto ou a coisa vista. 2- Que não há realmente nada fora de nós que possamos chamar de imagem ou cor. 3- Que a dita imagem ou cor é apenas uma aparição em nós daquele movimento, agitação ou alteração que o objeto provoca no cérebro ou nos espíritos, ou em alguma coisa substância interna da cabeça. 4- Que, tal como se dá na concepção pela visão, também nas concepções que surgem a partir de outras sensações, é o senciente, e não o objeto, o sujeito de sua inerência. (HOBBS, 2010, p. 6)

E nessa produção de ação e reação, o movimento se faz presente na construção do conhecimento e do pensamento, pois:

Nada pode produzir qualquer coisa em si mesmo: o badalo não tem som nele, mas apenas *movimento*, e produz *movimento* nas partes internas do sino; de modo que o sino tem *movimento*, e não som. O sino comunica *movimento* ao ar, e o ar tem *movimento*, mas não som. Pelo ouvido e pelos nervos o ar comunica *movimento* ao cérebro; e o cérebro tem *movimento*, não som. Do cérebro o *movimento* repercute de volta aos nervos que estão voltados para fora, e aí ele se torna uma aparição exterior, que chamamos de som (HOBBS, 2010, p. 9 – grifo nosso).

A todo o momento estamos sendo pressionados por movimentos de objetos externos e o conhecimento que adquirimos ao longo da vida é também resultado dessa movimentação, logo as paixões também. As moções voluntárias – as paixões – dependem sempre de um objeto que vem do exterior e a imaginação é a responsável por essa construção, visto que, “é evidente que a imaginação é o princípio interno de todas as moções voluntárias.” (HOBBS, 1974, p. 48).

As sensações que são recebidas pelos objetos externos são encaminhadas para a imaginação e somente através dela, os homens sentem as paixões, sejam elas baseadas no desejo ou na aversão. Embora as paixões sejam as mesmas em todos os homens, os objetos que as provocam são diferentes.

O *conatus* - ou esforço – consiste no início do movimento voluntário e assim como a imaginação, depende de um movimento exterior. Hobbes (1974), no *Leviatã*, elucida: “Esses tênues começos da moção, dentro do corpo humano, antes que surjam a marcha, a fala, a luta

ou outras ações visíveis são chamados de *esforços*.” (p. 48 – grifo nosso). E em *Elementos da Lei*, Hobbes (2010) define *conatus* como:

Esse movimento, que consiste no prazer ou na dor, é também uma solitação ou provocação, seja para aproximar da coisa que agrada, seja para afastar da coisa que desagradada. E essa solitação é o *esforço* ou começo interno do movimento animal. (p. 28 – grifo nosso).

Há dois tipos de movimentos que se manifestam no corpo humano: o movimento vital e o animal. O vital são aqueles movimentos que nascem e morrem com o indivíduo, como a: respiração, digestão, pulsação, nutrição, excreção e independem da imaginação, enquanto o movimento animal é aquele que tem origem na imaginação e o *conatus* é o seu início.

Há uma relação de concordância entre esses movimentos, o movimento animal está a serviço do movimento vital. O movimento animal percorre em duas direções: desejo e aversão. O *conatus* de desejo sobre a aparência de deleite é uma confirmação ao movimento vital, o *conatus* de aversão sobre a aparência de dor é quando há uma ameaça ao movimento vital.

Portanto, no interior da filosofia hobbesiana, o *conatus* apresentará um papel fundamental, na medida em que ele fornece os pressupostos essenciais para a fundamentação e construção de todo o aparato passional humano. É o que direciona as ações dos homens e os conduzem ao processo de autopreservação e por conseguinte, a criação do Estado.

Então, quando o movimento externo é favorável ao movimento vital, o primeiro esforço do indivíduo consiste na aproximação do objeto, o que acarreta em um desejo, caso, o movimento externo represente perigo para o movimento vital, o esforço consiste no afastamento do objeto, resultando em um sentimento de aversão. Portanto, apetite e aversão são os primeiros esforços passionais que se manifestam no interior do corpo humano.

Para Silva (2009)

O *conatus* não é a mesma coisa que a imaginação, a imaginação é a experiência na mente de movimentos causados por objetos externos, isto é, a sensação em declínio de um objeto, uma sensação obscurecida. Já o *conatus* é o início do movimento voluntário (das paixões), mas ele pode ser propriamente definido apenas como movimento. (p. 83).

No choque dos movimentos vitais e externos surge aquilo que se chama paixão e recebe diversas denominações, como: amor, ódio, medo, esperança. Tudo aquilo que parece bom ao homem, lhe causará prazer e aquilo que parecer mal, será digno de afastamento.

Portanto o prazer (ou o deleite) é a aparência ou sensação do bem, e desprazer ou desgosto é a aparência ou sensação do mal.

Consequentemente, todo o apetite, desejo e amor é acompanhado por um deleite maior ou menor, e todo o ódio e aversão por um desprazer e ofensa maior ou menor. (HOBBS, 1974, p. 24).

Dessas duas paixões – desejo e aversão - surgem as ações humanas que se especificam na aproximação ou afastamento do objeto. As diversas paixões humanas são distribuídas em pares antitéticas e são descendentes do desejo/aversão, como: amor/ódio, esperança/medo. Este último par merece um destaque por serem as paixões que movem os homens em direção a autopreservação e a paz, o que resulta na construção do Estado Civil.

Os homens embora sejam constituídos da mesma matéria e possuam o mesmo funcionamento orgânico, apresentam um modo diferente de observar o mundo e receber suas impressões dele. Cada qual o compreende de acordo com sua vivência e concidentemente haverá casos em que o homem desejará ou terá aversão ao mesmo objeto que o seu semelhante, e nesses casos, o surgimento do confronto humano é inevitável.

Mas, há uma coisa que todos os homens querem e almejam incondicionalmente: a preservação de suas próprias vidas. Para Hobbes o conceito de felicidade está alicerçado na possibilidade de o homem sentir paixão e adquirir poder e mais poder para realizar as suas ações (HOBBS, 1974).

3. A influência de Aristóteles na construção teórica das paixões de Hobbes.

Aristóteles e Hobbes são filósofos que apresentam diferenças notórias, das concepções ontológicas às políticas. Nas obras de Hobbes é possível perceber algumas críticas ao filósofo estagirita, em uma das passagens, ao abordar as formas de governo, Hobbes elucida que há a existência de três: monarquia, oligarquia e democracia e afirma que alguns teóricos as deturpam quando as dividiram entre boas e más. A crítica se dirige a Aristóteles, que admitiu a existência de três formas de governo boas - monarquia, aristocracia e democracia – e três formas más - tirania, oligarquia e demagogia.

Embora Hobbes tenha outros escritos anteriores ao *Leviatã*, é em especial nesta obra que sua construção crítica ao aristotelismo e à escolástica se apresenta de forma mais detalhada. Para Strauss (2016) Hobbes se apoderou dos conhecimentos oriundos do aristotelismo e da escolástica para fazer a defesa da sua própria teoria.

Não há dúvidas de que Hobbes rejeita e se opõe a alguns aspectos da teoria aristotélica, mas ainda que sua crítica seja notória, sua teoria apresenta aspectos que se assemelham com a teoria do filósofo da antiguidade e tais semelhanças são encontradas quando se comparam às concepções e definições das paixões dos autores.

Ao ler a *Retórica* – de Aristóteles - e o *Leviatã* – de Hobbes - e analisar os conceitos passionais dos dois filósofos, é possível perceber uma semelhança e por vezes até uma certa igualdade entre as definições de algumas paixões, constatando que Hobbes de alguma forma foi influenciado por Aristóteles na construção das suas moções voluntárias.

Segundo Strauss (2016)

Os capítulos centrais da antropologia hobbesiana, os capítulos sobre os quais, mais que qualquer outra coisa que ele escreveu, a sua fama como estilista e como conhecedor dos homens repousa para todo o sempre, traem no estilo e no conteúdo que o seu autor foi um leitor zeloso, para não dizer, um discípulo, da *Retórica*. (p. 77).

A obra *Retórica* contém três livros, mas deteremos nossa atenção especial no Livro II, no qual Aristóteles (2015) se dedica ao estudo e definição das paixões. O *Leviatã* apresenta uma divisão em quatro partes, mas nos deteremos em especial na primeira parte destinada ao estudo do homem e das suas paixões.

Ao iniciar o estudo das paixões, Aristóteles identifica nas emoções, as causas que fazem com que o indivíduo altere o seu comportamento diante de uma determinada situação, na medida em que são responsáveis pelo sentimento de dor ou prazer, tais são a ira, compaixão, medo, piedade, entre outras paixões. (ARISTÓTELES, 2015).

Mas, para Hobbes o homem se distingue dos outros animais não somente pela sua capacidade racional, mas também pelas suas paixões. Os animais embora apresentem paixões ligadas às suas necessidades como apetite alimentar e os prazeres dos sentidos, eles não são capazes de encontrar as causas das suas paixões, mas o homem detém essa capacidade de descoberta da causa. A curiosidade é um sentimento exclusivo do homem e é definido como o afã pelo saber, pela descoberta. (HOBBS, 1974).

A primeira paixão abordada pelo filósofo estagirita é a ira, identificada como um desejo acompanhado de dor que recaí sobre algo ou alguém que causou algum dano a nós ou a alguém que amamos ou admiramos, é maléfica e pode se transformar em vingança. “[...] A ira é um desejo acompanhado de dor que nos incita a exercer vingança.” (ARISTÓTELES, 2015, p. 116). O indivíduo se satisfaz quando se entrega ao exercício da vingança. (MEYER, 2000).

A ira para Hobbes recebe a mesma definição e pode se transformar também em afã de vingança. Na medida em que alguém causa algum dano a um homem, instintivamente e respondendo a sua natureza, o desejo de ver o outro que lhe prejudicou passar por uma

situação semelhante é inevitável. “O desejo de causar dano a outrem, á fim de levá-lo a lamentar qualquer de seus atos, chama-se ânsia de vingança.” (HOBBS, 1974, p. 25).

Ao menor sinal de menosprezo, o homem tende a encolerizar-se. O doente que vê alguém desdenhando de sua enfermidade; o faminto que vê no outro um certo desdém pela sua necessidade de sobrevivência; pequenos sinais que possam ferir a honra ou a situação de um homem são motivos suficientes para o palco de um conflito. Todos aqueles que atentam contra os nossos desejos são alvos em potencial da cólera humana, isso é postulado tanto por Aristóteles quanto por Hobbes. (ARISTÓTELES, 2015; HOBBS, 1974).

A concepção de amor e amizade é frequentemente abordada nas obras aristotélicas. De modo que o amor é desejar para o outro aquilo que é bom, pensando no próximo e não no benefício que podemos extrair daquela situação vindoura. A amizade é justamente esse sentimento de afloração do amor, é amigo aquele que ama e deseja o bem do seu amado. É um lugar da conjunção, da associação entre os indivíduos. (ARISTÓTELES, 2015; MEYER, 2000).

Hobbes também discorre sobre o amor, em uma perspectiva diferenciada da aristotélica. O amor a uma pessoa em particular chama-se paixão amorosa, o amor ao próximo em sociedade chama-se amabilidade. O filósofo inglês não nega a existência do amor, mas compreende que o amor próprio é o maior de todos os amores e que entre o meu semelhante e eu, a escolha será sempre por mim. Ainda que o indivíduo faça bem ao seu semelhante, a crença de que será beneficiado por sua boa ação no futuro é existente, ou seja, fazer o bem e esperar algo em troca é uma das características do homem hobbesiano (HOBBS, 1974).

O oposto do amor também é mencionado por ambos os filósofos. Para Aristóteles, o ódio está condicionado a ser um sentimento em que se deseja a aniquilação do outro, sem a existência de qualquer sentimento de compaixão ou pena. O ódio está condicionado à presença de algum objeto que nos causa um terrível dano, um desprazer ou uma ofensa. (ARISTÓTELES, 2015). Para Hobbes (1974) o ódio indica a presença de um objeto que causa desprazer no homem.

Em relação ao medo, Aristóteles condiciona essa paixão a uma situação de aflição que perturba o homem e representa a possibilidade de um mal iminente. “O medo é acompanhado pelo pressentimento de que vamos sofrer algum mal que nos aniquila.” (ARISTÓTELES, 2015, p. 128). Para Hobbes, a definição é exatamente a mesma. “A opinião, ligada à crença de dano proveniente do objeto, chama-se medo.” (HOBBS, 1974, p. 24). De acordo com Ribeiro (1984) a vida e obra de Hobbes são marcadas incessantemente por essa

paixão. É para homens que não querem morrer – a maioria de nós - que se constrói o estado hobbesiano.

A condição do perigo na filosofia aristotélica consiste na proximidade do que é temível. E entre as coisas temíveis estão aquelas originadas do ódio, do temor e das ações injustas de outras pessoas em relação a nós, indivíduos estes que possuem a capacidade de nos fazer algum mal. A perspectiva de Aristóteles acerca da natureza humana não é das mais positivas, pois “como em sua maioria os seres humanos são bastante maus, dominados pelos desejos do lucro e covardes nos perigos. [...] a maior parte das vezes, os seres humanos, se puderem cometer injustiça, cometem-na.” (ARISTÓTELES, 2015, p. 127-128). Embora a possibilidade de reverter tal situação exista através da educação dos jovens para se ter uma vida virtuosa.

Hobbes compreende o indivíduo como um ser antissocial, ligado ao seu “eu maior” que tende a encontrar nos outros o seu inimigo em potencial. Para o filósofo inglês as paixões sempre serão condições permanentes na vida dos homens e só cessarão com a morte. Não há possibilidades de o homem viver sem receber pressões dos movimentos externos a ele, pois viver é exatamente isso. (HOBBS, 1974).

O oposto do medo, para ambos os filósofos é a esperança. Na perspectiva de Aristóteles essa paixão corresponde à representação das coisas que estão próximas a nós e pode nos salvar, ao passo que aquelas que podem nos prejudicar não existem ou estão longe (ARISTÓTELES, 2015). A concepção de esperança para Hobbes consiste na expectativa de um bem futuro (HOBBS, 1974).

Aristóteles (2015) pontua que a opinião das pessoas que admiramos ou por quem almejamos ser admirados, daqueles com os quais rivalizamos honrarias nos é importante. A honra é um dos norteadores da conduta humana e ninguém almeja ser desprezado ou desonrado, queremos ser admirados por todos até por aqueles que nós desprezamos.

De acordo com Hobbes (1974) os homens se atribuem demasiado valor e até mesmo se acham superiores em relação aos outros indivíduos, entretanto estão sempre preocupados com a opinião alheia e esperam receber honra dos seus pares. O homem honrado por muitos homens é poderoso, o seu contrário, é desonroso e fraco. A honra consiste unicamente na opinião do poder, logo honra é poder e poder é honra.

Essa necessidade de ser honrado e de ter cada vez mais poder, conduz os indivíduos a um processo de competição que desemboca em uma possível luta e conflito entre os homens. Não é à toa que Hobbes elege as três causas principais do conflito entre os

homens e entre elas se faz presente a glória que está diretamente relacionada com a honra. Ao menor sinal de desprezo ou de escárnio, o homem é capaz de entrar em conflito com o seu semelhante.

Em torno da honra, a paixão da inveja emerge. Para Aristóteles (2015) a inveja consiste em uma determinada disposição que se estende aqueles que possuem mais riqueza e honra que um outro homem, colocando este em uma situação de inferioridade. Uma disposição semelhante é encontrada na filosofia hobbesiana, pois: “quando ligada ao esforço para suplantar ou levantar obstáculos ao competidor chama-se inveja.” (HOBBS, 1974, p. 26).

Ao definir o que seja o favor, o filósofo estagirita compreende que o homem que ajuda o seu semelhante em alguma necessidade, o faz não porque deseja algo em troca ou almeja lograr algum benefício pessoal com isto, mas age desta forma pensando unicamente no beneficiado (ARISTÓTELES, 2015).

Ora, tal concepção de favor não se apresenta no pensamento hobbesiano da mesma forma que no aristotelismo. Hobbes concebe a natureza humana de outra forma com uma insociabilidade que lhe é natural (LEIVAS, 2001), na qual os indivíduos se dispõem visando o seu próprio bem estar. Quando o homem ajuda o seu semelhante em alguma necessidade, pratica a ação visando algo que provavelmente também o beneficiará.

O filósofo estagirita sempre demonstrou uma preocupação com a comunidade, com o todo e isso fica bem exposto quando aborda a concepção de piedade que consiste em um sentimento causado pela aparição de algum mal que pode vir a prejudicar alguém de nossa estima e que está próximo a nós, o que promove um certo temor daquele mal também vir a nos prejudicar por conta de sua proximidade. (ARISTÓTELES, 2015).

O homem que reconhece a honra de outro se padece com o sofrimento alheio, de modo que o indivíduo que não tem consideração por ninguém pensará que todos são merecedores do mal. Mais uma vez a honra aparece como um fator importante na filosofia aristotélica. Tudo aquilo que é doloroso, penoso é digno de compaixão. O homem se compadece quando vê seu semelhante passando por alguma necessidade ou injustiça. (ARISTÓTELES, 2015; SOUZA, FIGUEIREDO, 2010).

A compaixão é considerada uma paixão dos espíritos nobres, o mesmo se pode dizer da indignação que se manifesta contra os que de forma imerecida conquistam e gozam da felicidade. O pensamento hobbesiano acerca da compaixão é descrito como:

A tristeza perante a desgraça alheia chama-se piedade, e surge do imaginar que a mesma desgraça poderia acontecer a nós mesmos. Por isso é

também chamada compaixão, ou então, na expressão atualmente em voga, sentimento de companheirismo. (HOBBS, 1974, p. 25).

Em Aristóteles (2015) a vergonha está condicionada a presença de vícios passados ou futuros que implicam na possibilidade de o indivíduo colocar em risco a sua reputação e a desvergonha consiste em um provável desprezo perante os mesmos vícios. Na visão de Hobbes (1974) a vergonha é a descoberta de alguma falta de capacidade, o que pode se tornar um empecilho para a honra. Novamente, ambos os teóricos apresentam uma demasiada preocupação com a honra dos homens.

Segundo Limongi (2000b) se é verdade que Hobbes se inspirou na teoria das paixões aristotélicas para construir a sua, então possivelmente vem de Aristóteles a ideia de que a paixão ao invés de ser uma inclinação que nos impulsiona a julgar os objetos a nossa volta, equivale a um conteúdo cognitivo que forma um juízo ou uma forma de conceber os objetos.

A semelhança e até mesmo a igualdade na definição das paixões entre os filósofos demonstram que Hobbes embora apresentasse críticas a Aristóteles aderiu em sua filosofia uma espécie de “aristotelismo das paixões”. E é através dessa condição passional que toda a construção política hobbesiana se assenta.

4 O papel calculativo da razão.

O estatuto das paixões e o seu estabelecimento são apresentados nas obras hobbesianas como fundamental para condução das ações humanas. Outrora, o homem não é unicamente um ser passional, mas também um ser de razão, ou seja, detentor de racionalidade. Mas, para Hobbes a razão apresenta um caráter instrumental e consiste em um dispositivo de cálculo. “Em suma, seja em que matéria for que houver lugar para a adição e subtração, há também lugar para a razão, e onde aquelas não tiverem o seu lugar, também a razão nada tem a fazer.” (HOBBS, 1974, p. 20). Hobbes quer nos dizer que ao raciocinar, o homem está concebendo uma soma total a partir da adição de parcelas ou subtraindo as partes de um todo.

Essa relação entre o cálculo e a razão é uma das influências que Hobbes herdou do seu contato com a geometria. Para Pousadela (2006) a política tem todos os requisitos necessários para se transformar em uma ciência demonstrável tal qual a geometria. Se o homem é quem cria as figuras sobre as quais irá raciocinar e investigar, esse mesmo homem também é responsável pela criação do Estado.

Para Hobbes (1974) a razão matemática se manifesta de maneira exata e objetiva. Uma das demonstrações mais contundentes da racionalidade é a linguagem. Na teoria hobbesiana, a razão apresenta um aspecto que a vincula ao cálculo e o mesmo processo ocorre na formação

e encadeamento das palavras e dos pensamentos que atribuímos aos objetos. Para Hobbes, a razão nada mais é do que “cálculo (isto é, adição e subtração) das consequências de nomes gerais estabelecidos para marcar e significar nosso pensamento.” (HOBBS, 1974, p. 20).

O nome é uma representação que se destina a um determinado objeto de nossa experiência sensível, obtendo a funcionalidade de uma marca ou um signo. A primeira quando é destinada ao próprio homem como forma de retomar um pensamento ou continuá-lo, consiste em coisas sensíveis, escolhidas de forma arbitrária. O signo é uma concepção da mente que passa a ser expressada verbalmente, possibilitando ao homem comunicar os seus conhecimentos e as suas descobertas a outrem.

O nome – utilizado isoladamente - serve ao homem como uma lembrança interna sobre um pensamento anterior – nesse caso, apresentando a funcionalidade da marca - e é utilizado como signo na medida em que há comunicação verbal com outros homens. O nome funciona como um signo quando há um encadeamento de palavras, formulação de frases e construção de um discurso pautado e organizado na forma de um conhecimento.

Os nomes não são dados apenas para objetos reais, damos o nome de “homem”, “caneta”, “quadro”, “carroça” não apenas para o objeto em si, mas também para a imagem desse objeto, ou seja, aos fantasmas da nossa mente que são produzidos pela sensação e imaginação.

Mas a mais nobre e útil de todas as invenções foi a da linguagem, que consiste em nomes ou apelações e em suas conexões, pelas quais os homens registram seus pensamentos, os recordam depois de passarem, e também os usam entre si para a utilidade e conversas recíprocas, sem o que não haveria entre os homens nem Estado, nem sociedade, nem contrato, nem paz, tal como não existem entre os leões, os ursos e os lobos. (HOBBS, 1974, p. 16).

Os usos da linguagem são: registrar aquilo que se encontra na mente humana como sendo a causa de todas as coisas, transmitir aos demais homens os conhecimentos adquiridos, conceder o conhecimento das nossas vontades aos outros homens. Para Matos (2007) “A linguagem é a representação dos desejos do homem, ou seja, a representação de suas paixões.” (p. 62).

Dessa forma, a linguagem é vista como fundamental na construção da Ciência e da Filosofia, se consolidando como a base do raciocínio correto. O uso correto dos nomes e das suas respectivas correlações são artifícios que a razão encontrou para recordar as causas, os efeitos e as consequências e assim, produzir e transmitir conhecimento.

Através da linguagem é que o contato dos homens com outros homens se torna viável. O indivíduo ao repassar um conhecimento ou uma experiência ao seu semelhante,

possibilita que se torne conhecido o seu cálculo e o seu pensamento e é por meio desses cálculos de palavras que os homens concebem os meios mais adequados para atingir os seus fins desejados.

Entretanto, em um combate entre razão e paixão, a teoria hobbesiana reconhece uma certa fragilidade e enfraquecimento da primeira perante a segunda. Mas, ainda que a razão se apresente de forma enfraquecida em relação às paixões, ambas são características essenciais da natureza humana seja no estado de natureza ou no Civil, embora a performance da razão e das paixões apresentem papéis diferentes em ambos os estados citados por Hobbes.

Uma das marcas mais extraordinárias da teoria hobbesiana está no limiar do estado de natureza que apresenta um homem inserido em um verdadeiro caos. Para Hobbes (1974) “se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo que é impossível ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos.” (p. 46). Portanto, a plena igualdade e liberdade entre os homens os direciona a uma “condição de guerra de todos contra todos” (HOBBS, 1974, p. 47).

O homem poderia evitar a guerra de todos contra todos? Evitar a desconfiança? Para Hobbes (1974), as leis de natureza fornecem todas as condições para o homem se consolidar em um estado de paz, mas as suas regras e ditames são fraquíssimos frente ao poder que as paixões apresentam e na ausência de um poder comum que os obrigue a respeitá-las.

As leis naturais são ditames da reta razão e são conhecidos por todos os homens. O filósofo inglês assevera que as leis de natureza são respeitadas apenas quando é do interesse do homem respeitá-las ou quando sua autopreservação está em risco (HOBBS, 1974). Se as leis naturais são demasiadamente fracas perante o estatuto passional humano, por sua condição de não obrigatoriedade de cumprimento, a única alternativa que Hobbes encontra para um possível comando eficaz da razão é a construção artificial da sociabilidade e consequentemente a criação do Estado. É nesta passagem do estado de natureza para o Estado Civil por meio do pacto social que podemos vislumbrar as leis sendo respeitadas e impostas aos homens na presença de um poder comum que os obrigue (HOBBS, 1974).

Para Frateschi (2008) “Hobbes tira da razão o estatuto de uma faculdade superior a comandar os apetites sensíveis e mostra que o homem quer e age afetado por causas que lhe são externas e que operam sem cessar sobre eles.” (p. 112). Nesta mecânica dos movimentos dos corpos, de ações e reações, o homem delibera em prol de uma aproximação ou de um afastamento de determinado objeto, a deliberação consiste no cálculo dos desejos e aversões.

No início deste tópico, elucidamos o conceito de razão entendendo-a como cálculo, soma ou subtração. No processo de deliberação a razão se faz presente, como um instrumento das paixões, na medida em que está a serviço delas, auxiliando no processo de ponderação que desencadeará em uma ação. Para Strauss (2016) “o homem é inteiramente determinado pelas suas impressões sensíveis e pelas suas reações automáticas a essas impressões (seus desejos e paixões) em vez de sê-lo pela razão.” (p. 39).

Quando o homem conquista um objeto de seu desejo, por um instante, se satisfaz com o seu feito, porém, logo surge uma outra paixão, um novo objeto a ser conquistado. A felicidade é um eterno prosseguir, o eterno continuar, na medida em que o homem nunca se satisfaz com aquilo que tem.

O sucesso contínuo na obtenção daquelas coisas que de tempos a tempos os homens desejam, quer dizer, o prosperar constante, é aquilo a que os homens chamam felicidade; refiro-me à felicidade nesta vida. Pois não existe uma perpétua tranquilidade de espírito, enquanto aqui vivemos, porque a própria vida não passa de movimento, e jamais pode deixar de haver desejo, ou medo, tal como não pode deixar de haver sensação. (HOBBS, 1974, p. 27)

O homem ao alcançar o seu desejo, acaba por se saciar, e logo encontra um outro objeto que lhe irá causar um novo desejo. A vida de um homem é um eterno movimento, uma eterna formação de desejos, de paixões, neste sentido, o conceito de felicidade está atrelado a um contínuo prosseguir e prosperar.

A continuação dos desejos é o que nos proporciona felicidade, na medida em que a realização de uma paixão é o meio para alcançar a realização de uma outra. O poder de um homem consiste nos meios que ele possui para conquistar algum bem no futuro, com isso, a cada conquista o homem adquire poder. E ter poder é dar continuidade a busca pela felicidade. Toda essa busca por satisfação está a serviço do movimento vital, o homem tende a se autopreservar, a buscar o bem para si (HOBBS, 1974).

Em busca da sua contínua felicidade e conseqüentemente da autopreservação, a saída do estado de natureza é condicionada pelo medo e esperança. A expectativa de um mal futuro – medo – e a expectativa de um bem futuro – esperança – reorganizam as condutas humanas e possibilitam a atividade social, o agrupamento dos homens e a sua convivência pacífica. Para Leivas (2011) “a sociabilidade humana só pode ser construída por acordos artificiais e pelo caráter *irresistível* do poder político.” (p. 131 – grifos do autor), o que difere da teoria do homem como um animal político de Aristóteles.

Essa transição do estado de natureza para o civil é de responsabilidade das paixões que principiam a movimentação humana. Na medida em que o Estado é instituído, Bobbio assevera que (1991) “o homem é capaz não apenas de imitar a natureza, mas também de recriá-la, de aperfeiçoá-la, de crescer-lhe potência, construindo outras máquinas.” (p. 31). As paixões com o auxílio da razão permitem aos homens administrar uma nova realidade que conduz todos a ordem e ao estabelecimento da paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filósofo inglês revela uma natureza humana com características de insociabilidade natural, ávida pela autopreservação e condicionada por corpos externos em movimento que resultam em paixões humanas, o que como vimos difere da teoria aristotélica que compreende o homem como um animal político.

São notórias as diferenças entre os dois filósofos e principalmente a oposição que Hobbes estabelece frente a Aristóteles em suas obras, mas não há só divergências entre os dois. O constructo das paixões hobbesianas apresenta uma influência digna de reconhecimento a teoria das paixões aristotélicas. É demasiadamente importante elucidar isso, pois, as moções voluntárias são amplamente exploradas na literatura hobbesiana e possuem um papel fundamental como demonstrado.

Conceitos como corpo e movimento são cruciais para compreendermos as ações humanas desde o estado de natureza até o Estado Civil. Tudo é movimento, e se temos movimento, temos também: sensação, imaginação, paixões, Estado Civil e em especial, vida. É em defesa dos corpos em movimento e pela preservação da vida que as obras hobbesianas são escritas.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ARISTÓTELES. Retórica das paixões. In: MEYER, M. *Aristóteles ou a retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Thomas Hobbes*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

FRATESCHI, Yara. Virtude e felicidade em Aristóteles e Hobbes. *Journal of Ancient Philosophy*, v. 2, p. 1-19. 2008.

FRATESCHI, Y. *A física da política: Hobbes contra Aristóteles*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

FRATESCHI, Yara. Filosofia da natureza e filosofia moral em Hobbes. *Cad. Hist. Fil. Ci.* Campinas, v.15, n.1, p.7-32, 2005.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

HOBBS, Thomas. *Os elementos da lei natural e política*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

HOBBS, Thomas. *Do Cidadão*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

HOBBS, Thomas. *Elementos de Filosofia – Primeira Seção- Sobre o corpo – Parte I – Computação ou Lógica*. Tradução e apresentação de José Oscar de A. Marques. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

LEIVAS, Claudio Roberto Cogo. Hobbes leitor de Aristóteles: metafísica, retórica e representação. *Dissertatio*, n. 22, p. 187-202, 2005.

LEIVAS, Claudio Roberto Cogo. Insociabilidade natural, sociabilidade artificial e visão política prospectiva em Hobbes. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 19, p. 125-137, 2/2001

LIMONGI, Maria Isabel. A semântica do materialismo de Hobbes. *Analytica*, v.5, n. 1/2, p.109-135, 2000a.

LIMONGI, Maria Isabel. Hobbes e o *conatus*: da física à teoria das paixões. *Discurso*, (31), p. 417-439, 2000b.

MATOS, Ismar Dias. *Uma descrição do humano no leviathan, de Thomas Hobbes*. São Paulo: Annablume, 2007.

POUSADELA, Ines M. O contratualismo hobbesiano [ou de como para entender do direito é necessário pensar do avesso.] In: BORON, Atilio A. (Org). *A filosofia política moderna. De*

Hobbes a Marx. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLASCO, 2006, p. 357-371.

SILVA, Hélio Alexandre. *As paixões humanas em Thomas Hobbes: entre a ciência e a moral, o medo e a esperança.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOUZA, Luiz Alves.; FIGUEIREDO, Maria Flávia. *Compaixão-Misericórdia: uma paixão aristotélica. Diálogos Pertinentes, v. 6, n.1, p. 143-162, 2010.*

STRAUSS, Leo. *A filosofia política de Hobbes: suas bases e sua gênese.* São Paulo: É Realizações, 2016.